

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	42.264	29.284
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.186	4.554
Impostos e contribuições a recuperar		126	349
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	5	27.340	26.955
Outros ativos circulantes		88	379
Total do ativo circulante		74.004	61.521
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários		237	720
Impostos e contribuições a recuperar		282	28
Depósitos judiciais		120	96
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	5	14.630	21.444
Outros ativos não circulantes		101	101
Total do ativo não circulante		15.370	22.389
Total do ativo		89.374	83.910

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	6	2.011	833
Empréstimos e financiamentos	7	610	543
Taxas regulamentares	8	154	222
Impostos e contribuições a recolher	9	1.062	1.148
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	3.072	65
Outros passivos circulantes		156	255
Total do passivo circulante		7.065	3.066
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	3.426	4.020
Taxas regulamentares	8	380	92
Outros passivos não circulantes		85	82
Total do passivo não circulante		3.891	4.194
Patrimônio líquido	11		
Capital social		63.085	63.085
Reservas de lucros		6.332	5.700
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		9.001	7.865
Total do patrimônio líquido		78.418	76.650
Total do passivo e patrimônio líquido		89.374	83.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do resultado  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receita operacional líquida	12	27.417	34.643
Custos dos serviços		(15.409)	(17.607)
Custos de operação	13	(8.803)	(8.224)
Custos de construção	14	(6.606)	(9.383)
Lucro bruto		12.008	17.036
Despesas gerais e administrativas	13	(788)	(2.663)
Lucro operacional		11.220	14.373
Receitas financeiras	15	4.651	3.449
Despesas financeiras	15	(473)	(484)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.398	17.338
Imposto de renda e contribuição social		(2.765)	(2.356)
Lucro líquido do exercício		12.633	14.982
Lucro do exercício por ação do capital - R\$		0,20	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração de resultado abrangentes  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Lucro líquido do exercício	12.633	14.982
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>12.633</u>	<u>14.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b> <b>Reserva legal</b>	<b>Lucros</b> <b>(prejuízos)</b> <b>acumulados</b>	<b>Proposta de</b> <b>distribuição de</b> <b>dividendos</b> <b>adicionais</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	63.085	4.951	-	9.467	77.503
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(9.467)	(9.467)
Lucro líquido do exercício	-	-	14.982	-	14.982
Destinações:					
Reserva legal	-	749	(749)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(6.368)	-	(6.368)
Dividendos propostos	-	-	(7.865)	7.865	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	63.085	5.700	-	7.865	76.650
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(7.865)	(7.865)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.633	-	12.633
Destinações:					
Reserva legal	-	632	(632)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(9.001)	9.001	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	63.085	6.332	-	9.001	78.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do fluxo de caixa  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.398	17.338
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	219	170
Provisão (reversão) para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	65
	15.617	17.603
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	368	(1.009)
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	(840)	(482)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(51)	622
Depósitos judiciais	(24)	(79)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	13.035	9.646
Outros ativos	291	138
	12.779	8.836
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.178	(461)
Taxas regulamentares	220	40
Impostos de renda e contribuição social pagos	(1.927)	(1.392)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(64)	226
Outros passivos	(101)	162
Caixa líquido oriundo (consumido) pelas atividades operacionais	(694)	(1.425)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Concessão serviço público (ativo financeiro)	(6.606)	(9.383)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(561)	(461)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.043	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(6.124)	(9.844)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.607
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(526)	(526)
Encargos de dívidas	(215)	(160)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(7.857)	(15.820)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(8.598)	(14.899)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	12.980	271
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.284	29.013
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.264	29.284
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	12.980	271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do valor adicionado  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas		
Serviços de transmissão de energia e outros	32.479	38.653
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(65)
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-	(1.313)
	32.479	37.275
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(15.970)	(18.030)
Valor adicionado líquido produzido	16.509	19.245
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.651	3.449
Valor adicionado total a distribuir	21.160	22.694
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.421	1.419
Imposto de renda e contribuição social	2.765	2.356
Obrigações intra-setoriais	3.785	2.717
Outros	59	649
	8.030	7.141
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	473	484
Aluguéis	24	87
	497	571
Remuneração de capitais de próprios		
Dividendos distribuídos	3.000	6.368
Dividendos propostos	9.001	7.865
Lucro retido (reserva legal)	632	749
	12.633	14.982
Valor adicionado distribuído	21.160	22.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Informações gerais**

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão.

A Companhia possui Contrato de Concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos.

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 1899, de 16 de junho de 2015, é de R\$ 31.033 para o período 2015/2016. Para o período 2014/2015 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 35.055 para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 3 de fevereiro de 2016, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

### **2.1. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos regulatórios e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.



## **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## **2.3. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

### **a) Ativos financeiros**

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

## **2.4. Taxas regulamentares**

### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

### **b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

- c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## 2.5. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
Alteração IFRS 11 Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016)	A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	
Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.)	As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.
IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações	Contratos de serviços geralmente atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de esclarecer : (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.

A Administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Ref.</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista		62	53
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Fundos de investimento	(a)	42.202	29.231
		<u>42.264</u>	<u>29.284</u>

(a) A Afluente T é uma empresa com fluxo de caixa superávit, onde temos uma receita média superior a duas vezes o seu desembolso operacional somado ao serviço da dívida ( amortização e juros), tornando-se dessa forma uma empresa acumuladora de caixa. Outra observação é o baixo nível de investimento em 2015 somados ao rendimento mensal de aplicação financeira.

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

### 4. Contas a receber de clientes e outros

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD", quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

	<u>Ref.</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Títulos a receber	(a)	5.068	5.436
Terceiros		3.751	3.713
Partes relacionadas		1.317	1.723
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(882)	(882)
Total		<u>4.186</u>	<u>4.554</u>

(a) Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP) e Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba.

A Companhia registrou a provisão de crédito de liquidação duvidosa para os títulos com vencimentos superiores há 365 dias.

A composição dos prazos de vencimento é conforme segue:



	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos</b>		<b>Total</b>		<b>PCLD</b>	
		<b>Até 90 dias</b>	<b>Mais 90 dias</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Setor privado	3.920	34	1.114	5.068	5.436	(882)	(882)
Total	3.920	34	1.114	5.068	5.436	(882)	(882)

## 5. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP).

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, à saber: (a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.



Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	<b>Ref.</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Recebíveis	(a)	41.577	48.277
Indenização	(b)	393	122
Total		<u>41.970</u>	<u>48.399</u>
Circulante		27.340	26.955
Não circulante		14.630	21.444

(a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados à taxa interna de retorno.

(b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestação, conforme quadro abaixo:

Abaixo está demonstrado o cálculo do valor presente da indenização:

<b>Indenização</b>	<b>2015</b>
Indenização no final da concessão	36.389
Tempo residual da concessão (meses)	140
TIR	3,29%
Parcela mensal descontada	<u>393</u>

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, são revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos.

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	2015	2014
Saldos em 01 de janeiro	48.399	48.661
Adições	6.606	9.384
Amortização/reversão	(29.896)	(31.027)
Atualização monetária / valor justo	16.861	21.381
	<u>41.970</u>	<u>48.399</u>

## 6. Fornecedores

Fornecedores	Ref.	2015	2014
Materiais e serviços		2.011	833
Terceiros	(a)	1.559	833
Partes relacionadas (nota 16)	(b)	452	-
Total		<u>2.011</u>	<u>833</u>

(a) Refere-se ao custo de prestação de serviço de O&M e engenharia com o projeto para reforço da Subestação e linha de Transmissão.

(b) A Companhia mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 452 de valores em aberto com a Neoenergia O&M.

## 7. Empréstimos e financiamentos

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Consolidado			
			Encargos	Principal		Total
			Circulante	Circulante	Não circulante	2015 2014
Banco do Brasil	(a)		5	526	1.886	2.417 2.943
(-) Custos de transação		4.5% a.a.	-	-	-	- -
			<u>5</u>	<u>526</u>	<u>1.886</u>	<u>2.417 2.943</u>
Banco do Brasil			12	67	1.540	1.619 1.620
(-) Custos de transação		6% a.a.	-	-	-	- -
			<u>12</u>	<u>67</u>	<u>1.540</u>	<u>1.619 1.620</u>
<b>Total moeda nacional</b>			<b><u>17</u></b>	<b><u>593</u></b>	<b><u>3.426</u></b>	<b><u>4.036 4.563</u></b>

(a) Financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) obtido para a aquisição de subestação de energia que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, finalizando em agosto de 2024.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
	<b>Total líquido</b>	<b>Total líquido</b>
2016	772	593
2017	742	727
2018	710	727
2019	490	727
2020	208	509
Após 2020	504	737
Total obrigações	<u>3.426</u>	<u>4.020</u>

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

## 8. Taxas regulamentares

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Reserva Global de Reversão – RGR	101	74
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	21	29
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	391	189
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	11	9
Ministério de Minas e Energia - MME	10	13
Total	<u>534</u>	<u>314</u>
Circulante	154	222
Não circulante	380	92

## 9. Impostos e contribuições a recolher

A composição do saldo é como segue:



	Ref.	2015	2014
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR		110	150
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		213	198
Programa de integração social - PIS		17	19
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		79	89
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		58	221
Imposto sobre serviços - ISS		362	412
Impostos e contribuições retidos na fonte	(a)	223	59
		<u>1.062</u>	<u>1.148</u>

(a) A variação ocorreu por reclassificações feitas na conta de IRRF PF que haviam indevidamente lançamentos de pagamento ref. INSS, aumento da provisão de ICMS DIFERENCIAL ALÍQUOTA e CSRF e também devido a alteração na Lei do CSRF que até 06/2015, recolhíamos quinzenalmente o imposto e à partir desta data passou a ser recolhido mensalmente.

## 10. Dividendos

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
<b>2015</b>			
AGO de 28 de abril de 2015	Dividendos	6.368	0,1009411336
<b>2014</b>			
RCA de 27 de fevereiro de 2014	Dividendos	9.466	0,1500618700
RCA de 18 de setembro de 2014	Dividendos	6.368	0,1009411336

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	12.633	14.982
Constituição da reserva legal	(632)	(749)
Base de cálculo do dividendo	<u>12.001</u>	<u>14.233</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>3.000</u>	<u>3.558</u>



A formação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2014	51
Declarados	15.834
Pagos no período	(15.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>65</u>
Declarados	2.899
Propostos	108
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u><u>3.072</u></u>

## 11. Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 63.085 dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil ações Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$ Mil	%
Neoenergia	55.416	55.416	87,84%
Iberdrola	5.361	5.361	8,50%
PREVI	1.446	1.446	2,29%
Outros	862	862	1,37%
Total	<u>63.085</u>	<u>63.085</u>	<u>100,00%</u>

### Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

## 12. Receita líquida

### Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

## Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## Receita financeira da concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto.

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	<u>Ref.</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		8.988	7.859
Receita de distribuição		8.988	7.859
Receita de concessão		16.860	21.381
Receita de construção da infraestrutura da concessão		6.606	9.383
Outras receitas		25	30
Total receita bruta		<u>32.479</u>	<u>38.653</u>
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(5.062)	(4.010)
Total receita operacional líquida		<u>27.417</u>	<u>34.643</u>

### (a) Deduções da receita bruta

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IMPOSTOS:		
PIS	(254)	(253)
COFINS	(1.167)	(1.166)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.049)	(732)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(862)	(157)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(419)	(363)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.311)	(1.339)
Total	<u>(5.062)</u>	<u>(4.010)</u>

### 13. Custos e despesas operacionais

Custo / Despesas	2015			2014
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(370)	(1)	(371)	(78)
Serviços de terceiros	(7.823)	(686)	(8.509)	(8.272)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(144)	-	(144)	(126)
Arrendamentos e aluguéis	(23)	(1)	(24)	(87)
Tributos	(25)	(34)	(59)	(649)
Provisões líquidas - PCLD	-	-	-	(65)
Provisões líquidas - contingências	-	-	-	(29)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	-	-	-	(1.313)
Outros	(418)	(66)	(484)	(268)
Total custos / despesas	(8.803)	(788)	(9.591)	(10.887)

### 14. Custo de construção

	2015	2014
	Custos dos serviços	Custos dos serviços
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(6.606)	(9.383)
Total custos	(6.606)	(9.383)

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços prestado de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

## 15. Resultado financeiro

<b>Receita Financeira</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Renda de aplicações financeiras	4.636	3.266
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	12	4
Outras receitas financeiras	3	179
<b>Total</b>	<b>4.651</b>	<b>3.449</b>
 <b>Despesa Financeira</b>	 <b>2015</b>	 <b>2014</b>
Encargos de dívida	(214)	(256)
Atualização contingências	(5)	(2)
Outras despesas financeiras	(254)	(226)
<b>Total</b>	<b>(473)</b>	<b>(484)</b>
 <b>Resultado líquido financeiro</b>	 <b>4.178</b>	 <b>2.965</b>

## 16. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Por empresa	2015			2015		
	Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
NEOENERGIA S.A	-	-	-	2.635	-	2.635
COELBA	13.442	1.286	-	-	6	6
CELPE	203	17	92	-	-	-
COSERN	66	4	-	-	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	28	2	145	-	-	-
TERMOPERNAMBUCO S/A	52	5	-	-	-	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A	(5.261)	-	-	452	-	452
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	5	-	-	-	-	-
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	58	3	-	-	-	-
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	2	-	-	-	-	-
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	-	-	-	437	-	437
OUTROS MINORITÁRIOS	-	-	-	365	-	365
	<b>8.607</b>	<b>1.317</b>	<b>237</b>	<b>1.554</b>	<b>3.889</b>	<b>6</b>
						<b>3.895</b>

2015							
Ref.	Resultado	Ativo			Passivo		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Receita</b>	<b>13.977</b>	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (a)	13.977	-	-	-	-	-	-
<b>Despesa</b>	<b>(5.370)</b>	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros (b)	(5.370)	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo</b>	-	<b>1.318</b>	<b>237</b>	<b>1.555</b>	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros (a)	-	1.318	-	1.318	-	-	-
Outros ativos	-	-	237	237	-	-	-
<b>Passivo</b>	-	-	-	-	<b>3.889</b>	<b>6</b>	<b>3.895</b>
Fornecedores (b)	-	-	-	-	452	-	452
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	3.437	-	3.437
Outros passivos	-	-	-	-	-	6	6
<b>Em 31/12/2015</b>	<b>8.607</b>	<b>1.318</b>	<b>237</b>	<b>1.555</b>	<b>3.889</b>	<b>6</b>	<b>3.895</b>
<b>Em 31/12/2014</b>	<b>9.531</b>	<b>2.162</b>	<b>280</b>	<b>2.442</b>	<b>65</b>	<b>14</b>	<b>79</b>

As principais condições relacionadas aos negócios de parte relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.
- (b) Cobrança referente ao contrato de prestação de serviço de operação e manutenção das usinas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

## 17. Gestão de risco financeiro

### Considerações gerais e de políticas financeiras

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da sua controladora. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. A Companhia ainda monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

### Gestão do capital social

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver



capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Títulos e valores mobiliários - representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Recebíveis de Transmissão - composto pelos recebíveis garantidos por contrato junto ao poder concedente pela construção dos ativos de transmissão disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Estão mensurados pelo custo amortizado dado pela projeção dos fluxos de caixa contratual descontado pela taxa de retorno do projeto.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos e financiamentos - contratados em moeda nacional e classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão mensurados pelo custo amortizado, refletindo seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

### **Valor justo**

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:



	2015		2014	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>46.156</b>	<b>46.156</b>	<b>52.953</b>	<b>52.953</b>
Contas a receber de clientes e outros	4.186	4.186	4.554	4.554
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	41.970	41.970	48.399	48.399
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>42.501</b>	<b>42.501</b>	<b>30.004</b>	<b>30.004</b>
Caixa e equivalentes de caixa	42.264	42.264	29.284	29.284
Títulos e valores mobiliários	237	237	720	720
<b>Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>6.047</b>	<b>6.047</b>	<b>5.396</b>	<b>5.396</b>
Fornecedores	2.011	2.011	833	833
Empréstimos e financiamentos	4.036	4.036	4.563	4.563

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos na Nota 7. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.



## Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## Fatores de risco financeiro

	2015		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos</b>			
<b>Mantidos para negociação</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	62	42.202	42.264
Títulos e valores mobiliários	-	237	237

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

- Riscos de mercado
- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.



A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,2%	42.439	1.342	1.018	687

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

- Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2015 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$42.202 em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2015					Acima de 5 anos
			2016	2017	2018	2019	2020	
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>								
Empréstimos e financiamentos	4.036	4.722	792	885	851	814	562	817
Fornecedores	2.011	2.011	2.011	-	-	-	-	-

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha.

Para os ativos financeiros oriundos da atividade das Transmissoras, há políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, além disso, a Companhia mantém contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

A seguir, demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2015	2014
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	42.264	29.284
Títulos e valores mobiliários	237	720
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	5.068	5.436
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	41.970	48.399

## 18. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:



<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância Segurada (R\$)</b>	<b>Prêmio (R\$)</b>
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	07.11.2015 a 08.10.2016	309.701	199
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08.10.2015 a 08.10.2016	50.000	10

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.